



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NA COMARCA DE ITACOATIARA – 05 DE JUNHO DE 2025

Local: Câmara Municipal de Itacoatiara

Horário: 09h às 14h

1. Apresentação

A audiência pública foi promovida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em parceria com a Secretaria de Administração Penitenciária, no âmbito do Comitê Estadual de Políticas Penais, para elaboração Plano Pena Justa, em cumprimento à decisão do Supremo Tribunal Federal - STF) na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF 347, que reconheceu um "estado de coisas inconstitucional" no sistema prisional brasileiro e determinou que a União, estados e Distrito Federal, juntamente com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), elaborassem planos para enfrentar a situação. O plano nacional, denominado "Pena Justa", foi homologado pelo STF, visando a melhoria das condições nos presídios.

Assim foi realizada audiência pública em Itacoatiara, como sendo a primeira de uma série de sete encontros regionais, com objetivo de promover a escuta qualificada de diversos atores do sistema de justiça criminal, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, familiares, egressos, pessoas privadas de liberdade e servidores, para a construção coletiva de diretrizes orientadas pela justiça social e pelos direitos humanos.

2. Abertura

A mesa de abertura da audiência pública foi composta pelas autoridades: Juiz André Luiz Muquy, Titular da Primeira Vara da Comarca de Itacoatiara; Vereador Arialdo Guimarães, Presidente da Câmara Municipal de Itacoatiara; Procurador do Município, José Ricardo, representando o Prefeito Municipal de Itacoatiara; Coronel Paulo César de Oliveira, Secretário de Estado de Administração Penitenciária (SEAP-AM), representando o Governo do Estado do Amazonas e a Desembargadora Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques, Supervisora do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF/TJAM).

O evento foi conduzido de maneira acessível, com recursos de Libras, audiodescrição e linguagem simples, em atenção à Resolução CNJ nº 401/2021 e à Instrução Normativa nº 103/2024.

2. Falas das Autoridades na mesa de abertura



PENA
JUSTA

COMITÉ DE POLÍTICAS
PENAIIS DO AMAZONAS



GMF



- **Juiz André Luiz Muquy**, Titular da Primeira Vara da Comarca de Itacoatiara, destacou que a audiência não era um mero ato formal, mas um espaço real e necessário de escuta e formulação de propostas. Ressaltou que o sistema carcerário frequentemente sofre com a incompreensão da sociedade, que questiona investimentos na área, e reforçou: "A pena é privativa de liberdade, não de dignidade. [...] Que hoje não seja só uma formalidade, que saíamos com ideias e com a mente mudada." Convocou a todos para refletir sobre reincidência, ressocialização e sobre o papel da justiça na transformação da realidade.
- **Vereador Arialdo Guimarães**, Presidente da Câmara Municipal de Itacoatiara, ressaltou a importância da audiência e a disposição da Câmara para sediar discussões relevantes. Agradeceu pela escolha do espaço da Câmara e reforçou que: "É uma satisfação disponibilizar esse espaço para a primeira audiência pública. Isso é muito importante para Itacoatiara e que, através dessa audiência, possamos chegar a um denominador comum."
- **Procurador do Município, José Ricardo**, registrou a receptividade da comarca e o engajamento institucional no projeto, ressaltou o orgulho de Itacoatiara em sediar o evento e a parceria com o Tribunal de Justiça. Reafirmou o compromisso institucional com o projeto Pena Justa.
- **Cel. Paulo César de Oliveira, Secretário de Estado de Administração Penitenciária (SEAP-AM)** enfatizou que o sistema prisional deve oferecer oportunidades de estudo, trabalho e contato familiar, não se limitando à punição. Enfatizou a função social do sistema prisional e os esforços para reinserção: "Quando a população lê 'Pena Justa', pensa só no Judiciário. Mas não é só isso. É todo o tratamento dentro do cárcere. A PPL precisa ter acesso a estudo, trabalho, familiares. Só assim poderá voltar à sociedade." Acrescentou que o governo está comprometido com melhorias e apresentou a SEAP como um órgão que está de portas abertas para ouvir a população.
- **Desembargadora Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques, Supervisora do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF/TJAM)** reiterou o compromisso do Judiciário com a construção colaborativa do Plano Pena Justa e agradeceu a acolhida do município, demonstrando gratidão pela receptividade da comarca e sublinhou a urgência do prazo para o Plano Pena Justa: "É com enorme satisfação que abrimos, na histórica cidade de Itacoatiara, a audiência pública do Plano Pena Justa. Queremos sair daqui com ideias e melhorias reais para o sistema penitenciário."



3. Exposição Técnica

Após a abertura, a assistente técnica do Programa Fazendo Justiça e integrante da Secretaria Executiva do CEPP-AM, **Luanna Marley de Oliveira**, fez uma contextualização sobre o movimento nacional acerca da elaboração do Plano Pena Justa, explicando a decisão e a determinação do STF, bem como quanto à obrigatoriedade dos estados no estabelecimento de metas e efetivação do plano no prazo de três anos. Apresentou os objetivos e diretrizes do Plano Pena Justa, ressaltando a necessidade de articulação entre diferentes órgãos e a escuta das comunidades para formular políticas penais efetivas e regionais e, por fim, orientou sobre a metodologia que seria utilizada na presente audiência pública.

4. Escuta dos Órgãos do Sistema de Justiça e Sociedade Civil

Após a explicação técnica, foi recomposta a mesa, com as seguintes personalidades: CEL Paulo César Oliveira, secretário da SEAP-AM; o magistrado titular da primeira vara da Comarca de Itacoatiara, André Luiz Muquy; a Promotora de Justiça Miriam Figueiredo da Silveira, Promotora de Justiça da Primeira Promotoria de Justiça da Comarca de Itacoatiara; a Defensora Pública Mariana da Silva Paixão, Coordenadora do Polo da Comarca de Itacoatiara; a magistrada Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Coordenadora do GMF/TJAM; a Senhora Tânia Chantel, Presidente da casa de Maria de Itacoatiara e o senhor advogado Dr. Richarlison Aranha Peixoto. A fala dos integrantes da mesa foi mediada pelo senhor Cel. Paulo César Oliveira, secretário da SEAP-AM, que fez a condução da audiência. Seguiram-se as manifestações:

- Ministério Público (Dra. Miriam Figueiredo):

A Promotora de Justiça Dra. Miriam Figueiredo iniciou sua fala apresentando-se ao público e contextualizando a atuação do Ministério Público junto ao sistema prisional da comarca de Itacoatiara. Destacou que sua atuação envolve análise de pedidos judiciais e fiscalização das condições de cumprimento das penas privativas de liberdade, bem como a observância dos direitos das pessoas privadas de liberdade.

Enfatizou que o sistema progressivo de cumprimento de pena no Estado do Amazonas encontra-se profundamente comprometido. A transição entre os regimes, especialmente do fechado para o semiaberto e para o aberto, ocorre sem estrutura adequada, o que compromete tanto a reintegração gradual quanto a fiscalização eficiente dessas modalidades de cumprimento penal.

Apontou, ainda, a inexistência de vagas destinadas às mulheres no regime fechado na região, o que tem resultado em situações extremamente precárias.



Mulheres condenadas são mantidas por tempo indeterminado em delegacias, em condições inadequadas e incompatíveis com a dignidade humana. Informou que já existem sentenças judiciais condenando o Estado do Amazonas a criar vagas femininas no regime fechado e a estruturar o sistema progressivo também no município de Itacoatiara.

Outro ponto crítico mencionado foi a distância entre as zonas rurais e a Unidade Prisional, dificultando o cumprimento das obrigações das pessoas que estão em regime semiaberto, especialmente no que se refere às assinaturas obrigatórias. Ressaltou que a dificuldade de acesso impacta diretamente a efetividade da fiscalização e o próprio cumprimento das medidas.

Diante desse cenário, apresentou uma proposta concreta: a criação de um ponto de atendimento no centro da cidade de Itacoatiara, destinado a viabilizar o comparecimento periódico de pessoas em regime semiaberto ou aberto. Tal medida facilitaria o cumprimento das obrigações legais, ampliaria a fiscalização e respeitaria os princípios da dignidade e acessibilidade.

- **Defensoria Pública Estadual (Dra. Mariana Paixão):**

A Defensora Pública Dra. Mariana Paixão iniciou sua participação apresentando-se como recém-chegada à comarca de Itacoatiara, onde assumiu a coordenação do polo da Defensoria Pública. Ressaltou o comprometimento da instituição com a promoção dos direitos humanos, especialmente no que se refere à proteção de pessoas historicamente invisibilizadas pelo sistema de justiça.

Destacou que o debate sobre o sistema carcerário é um sopro de esperança, pois permite trazer à luz as violações que frequentemente permanecem naturalizadas e silenciadas. Afirmou que o papel da Defensoria é justamente atuar na fiscalização da legalidade e na denúncia das ilegalidades, contribuindo para a construção de um sistema penal mais justo e humanizado.

Abordou de forma crítica a falta de estrutura das forças policiais, especialmente no momento das abordagens, nas quais ainda são recorrentes casos de tortura, maus-tratos e outras formas de violência institucional. Ressaltou a necessidade de enfrentar tais práticas com firmeza, por meio de fiscalização e responsabilização dos agentes envolvidos, além da criação de mecanismos de prevenção.

Encerrou reafirmando o compromisso da Defensoria Pública em permanecer atuante no monitoramento do sistema penitenciário local e na defesa intransigente da dignidade das pessoas privadas de liberdade, especialmente diante das desigualdades estruturais que afetam as populações mais vulneráveis.



OAB (Dr. Richardson Aranha Peixoto):

O advogado Dr. Richarlison Aranha Peixoto iniciou sua fala destacando sua longa experiência na atuação criminal na comarca de Itacoatiara, especialmente desde o período anterior à implantação da unidade prisional local, em 2010. Ressaltou que, a partir da criação da unidade, houve uma melhoria gradativa nas condições do sistema prisional, garantindo maior respeito aos direitos das pessoas privadas de liberdade.

Contudo, alertou que diversos problemas estruturais ainda persistem, em especial as falhas no sistema de progressão de regime e as dificuldades concretas para a efetiva ressocialização dos apenados, que continuam enfrentando barreiras sociais e institucionais para sua reintegração à comunidade.

Enfatizou a necessidade urgente de implementação de políticas públicas de empregabilidade voltadas aos egressos do sistema prisional, como condição indispensável para evitar a reincidência e promover inclusão social.

Criticou o fato de que as políticas judiciárias e penais atualmente implementadas são majoritariamente construídas a partir da realidade do sudeste do Brasil, desconsiderando as peculiaridades regionais da Amazônia, como a vastidão territorial, a dispersão populacional e as dificuldades logísticas.

Ilustrou essa realidade com a existência de quatro grandes regiões rurais no entorno de Itacoatiara, cujos moradores enfrentam enormes obstáculos para se deslocarem até a sede do município para cumprir obrigações relativas ao regime aberto ou semiaberto, como assinaturas regulares junto ao Judiciário.

Apontou a necessidade de construção de uma unidade prisional feminina na região, afirmando que não basta transferir mulheres presas para Manaus, já que a distância rompe os vínculos familiares e impossibilita visitas, o que acarreta sérios prejuízos afetivos e sociais às internas.

Defendeu, ainda, a criação de políticas específicas de acolhimento e proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e em conflito com a lei, destacando a ausência de suporte institucional que as ampare de forma efetiva.

Finalizou sua fala com uma denúncia contundente: segundo relatos e acompanhamentos, é recorrente a prática de tortura na cidade de Itacoatiara, especialmente por parte de policiais vindos de fora, vinculados à ROCAM ou a forças táticas da Polícia Militar, que frequentemente adotam métodos violentos e abusivos durante abordagens e conduções.

Casa de Maria (Tânia Chantel):

Fala de Tânia Chantel – Representante da Casa de Maria



Tânia Chantel iniciou sua fala agradecendo publicamente o anúncio da chegada de 30 tornozeleiras eletrônicas que deverão ser disponibilizadas para funcionamento na comarca de Itacoatiara, o que representa um avanço importante na gestão de alternativas penais.

Destacou de forma enfática a necessidade de implementação de um Escritório Social no município, ressaltando que tal estrutura é fundamental para prestar suporte aos egressos do sistema prisional, facilitando sua reinserção na sociedade por meio de acompanhamento psicossocial, articulação com políticas públicas e encaminhamentos para trabalho e qualificação.

Abordou com preocupação a situação dos adolescentes em conflito com a lei, que frequentemente precisam ser transferidos para a capital do estado, o que gera impactos familiares, institucionais e logísticos consideráveis. Apontou a ausência de mecanismos adequados de atendimento socioeducativo no município, mencionando especificamente o caso de uma adolescente que ficou alguns dias detida em delegacia sem acesso a medida adequada e, após sua liberação, foi alvo de retaliação por parte de facção criminosa, expondo a gravidade da omissão do poder público.

Ressaltou a importância de incorporar a perspectiva de gênero nas políticas penais, observando que mulheres privadas de liberdade enfrentam situações degradantes, especialmente nas delegacias. Reivindicou a criação de um espaço específico de acolhimento para mulheres vítimas de violência, bem como uma casa de custódia adequada para mulheres acusadas de crimes, que respeite suas especificidades e seus direitos.

Tânia também chamou atenção para o impacto do encarceramento feminino sobre os filhos dessas mulheres, defendendo a criação de estruturas e protocolos que assegurem a proteção integral às crianças, especialmente aquelas que acompanham suas mães durante as detenções ou que ficam desassistidas após o encarceramento.

Ao final, enfatizou a urgência na criação de fluxos interinstitucionais que garantam a dignidade e os direitos humanos das pessoas egressas do sistema prisional, fortalecendo redes de apoio e superando a lógica punitivista que marginaliza ainda mais aqueles que já sofreram com a exclusão.

5. Participações da Comunidade

Após as falas dos representantes do sistema de justiça e sociedade civil que estavam compondo a mesa, foi disponibilizado espaço de fala a todas as pessoas



presentes na audiência, para livre manifestação, conforme manifestações que seguem descritas:

- **CREAS de Itacoatiara (advogada):**

A advogada do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Itacoatiara trouxe à audiência pública uma preocupação recorrente na rotina do serviço: as graves dificuldades de locomoção enfrentadas pelas pessoas em cumprimento de penas no regime semiaberto.

Segundo seu relato, essas pessoas, em especial aquelas residentes nas comunidades rurais e mais afastadas da sede do município, enfrentam sérias barreiras para comparecer às unidades prisionais ou ao fórum para assinar o controle periódico exigido pelo regime. Além da falta de recursos financeiros para o deslocamento, há um fator ainda mais grave: o medo de retaliações e ameaças por parte de facções criminosas durante o trajeto.

A advogada alertou que essas circunstâncias colocam as pessoas em situação de risco e comprometem diretamente a efetividade das medidas penais alternativas, criando uma lógica de penalização injusta sobre quem já enfrenta inúmeras vulnerabilidades sociais.

Finalizou sua fala reforçando a urgência de se repensar os mecanismos de controle e presença no semiaberto, a partir de soluções mais próximas das comunidades e que garantam segurança, dignidade e viabilidade para o cumprimento das obrigações legais.

Fala de Adnaldo – Professor da Rede Municipal de Ensino e Ex-conselheiro do Conselho da Comunidade

Adnaldo iniciou sua fala apresentando-se como professor da rede municipal de ensino e relatou sua experiência anterior como servidor do sistema prisional, com passagens pelas unidades de Itacoatiara e Tefé. Também mencionou sua atuação como conselheiro do Conselho da Comunidade em Manaus, o que lhe conferiu uma compreensão ampliada sobre os desafios do sistema de execução penal no Estado.

A partir dessa trajetória, dirigiu uma pergunta direta aos organizadores da audiência, questionando sobre a atual existência e funcionamento do Conselho da Comunidade em Itacoatiara e se o mesmo se encontrava presente e atuante na ocasião.

Sua fala sinalizou a importância da reativação e do fortalecimento do Conselho da Comunidade, como instância essencial de fiscalização, diálogo entre a sociedade e o sistema de justiça, e defesa dos direitos das pessoas privadas de liberdade.



PENA
JUSTA

COMITÊ DE POLÍTICAS
PENAIAS DO AMAZONAS



Fala de Kércia – Familiar e Visitante da Unidade Prisional de Itacoatiara

Kércia, familiar de pessoa privada de liberdade, utilizou o espaço da audiência pública para relatar dificuldades enfrentadas durante o acompanhamento carcerário de seu familiar. Iniciou sua fala questionando os motivos pelos quais estão proibidas as ligações telefônicas e as videochamadas na unidade prisional de Itacoatiara, ressaltando que essas formas de contato são fundamentais para a manutenção dos vínculos familiares, especialmente para aqueles que não conseguem realizar visitas presenciais com frequência.

Apontou também a inexistência de transporte público ou institucional que leve os familiares até a unidade prisional, o que compromete o direito à visita, principalmente para famílias de baixa renda.

Outro ponto trazido com preocupação foi a mistura de presos provisórios com condenados, prática que contraria normativas nacionais e representa violação de direitos fundamentais, além de potencializar riscos dentro da unidade.

Por fim, fez um apelo às autoridades para que sua participação na audiência pública não seja usada como motivo para impedir ou dificultar futuras visitas. Disse temer retaliações e solicitou que a liberdade de expressão e o direito à visita sejam respeitados, mesmo diante das críticas e denúncias feitas no espaço público.

Fala de Rosiene – Mãe de Pessoa Privada de Liberdade

Rosiene, mãe de um homem atualmente preso, fez um relato comovente sobre a situação de sua família, destacando a falta de informações e a morosidade processual. Contou que seu filho foi preso em julho do ano anterior e, passados mais de doze meses, ainda não houve realização de audiência ou qualquer avanço no processo judicial.

Com voz embargada, relatou o sofrimento de toda a família, especialmente o de seu neto pequeno, diagnosticado com autismo, que sente profundamente a ausência do pai. Disse que, além da dor emocional, a família vive uma situação de completo desconhecimento sobre os trâmites judiciais, sem qualquer notícia oficial ou previsão de desdobramentos.

Rosiene fez um apelo por celeridade no andamento processual, por mais transparência na comunicação com os familiares e pelo respeito à dignidade das famílias das pessoas privadas de liberdade, que também sofrem com os efeitos do encarceramento e da ineficiência do sistema.

Fala de Priscila Serra – Comitê Estadual de Políticas Penais / Coletivo Entre Elas



PENA
JUSTA

COMITÊ DE POLÍTICAS
PENAIAS DO AMAZONAS



Priscila Serra, integrante do Comitê Estadual de Políticas Penais e representante da Associação Coletivo Entre'Elas Defensoras de Direitos Humanos, iniciou sua fala parabenizando a coragem das familiares de pessoas privadas de liberdade que tomaram a palavra durante a audiência, destacando que muitas delas falavam pela primeira vez em um espaço público como aquele.

Apontou que os familiares são, em sua maioria, pessoas leigas, que não compreendem completamente o funcionamento do sistema de justiça e raramente têm espaços legítimos de fala. Reforçou que as audiências públicas devem ser pensadas como instrumentos de escuta e construção coletiva, não apenas como rituais institucionais.

Em nome das familiares e do coletivo que representa, apresentou diversas demandas concretas:

- O uso de tornozeleiras eletrônicas tem causado limitações práticas à rotina de mulheres que são mães e cuidadoras, dificultando tarefas básicas como levar os filhos à escola ou à unidade de saúde.
- Denunciou as dificuldades de acesso às visitas, incluindo os obstáculos enfrentados na entrada da unidade prisional, como o funcionamento do equipamento bodyscan, que apresenta falhas frequentes e impede a entrada de familiares por "manchas" imprecisas, especialmente em mulheres.
- Criticou as condições internas das celas, onde as pessoas privadas de liberdade permanecem com o mínimo de iluminação e com acesso restrito à água, disponível apenas por meio da torneira e do chuveiro.
- Defendeu a ampliação dos meios de comunicação e acesso à informação dentro das unidades prisionais, com instalação de rádio, televisão e políticas específicas de comunicação institucional, garantindo que as pessoas privadas de liberdade tenham conhecimento sobre seus direitos, rotinas e serviços disponíveis.
- Relatou denúncias graves de tortura psicológica e física, supostamente praticadas por monitores que atuam diretamente com os internos, e pediu apuração rigorosa sobre quem está ocupando essas funções.

Por fim, enfatizou a necessidade de que espaços como a audiência pública sejam verdadeiramente legítimos e representativos, com presença ativa e voz da sociedade civil, sobretudo das pessoas afetadas diretamente pela política penal e carcerária.

Bispo de Itacoatiara

O Bispo da Prelazia de Itacoatiara, Dom Edmilson Tadeu Canavarros dos Santos, destacou a importância da ampliação das garantias e da abertura do



cárcere para a sociedade, defendendo que o sistema prisional não pode funcionar de forma isolada, sem transparência e participação social. Ressaltou também a necessidade de limitar ao máximo as prisões cautelares, evitando o encarceramento prolongado sem julgamento. Por fim, enfatizou a urgência de melhorar a atenção aos familiares das pessoas privadas de liberdade, que também sofrem os impactos do sistema e muitas vezes permanecem invisibilizados.

Dra. Adriana Queiroz – Juíza do TRT de Itacoatiara

A magistrada se apresentou e destacou o papel do Tribunal Regional do Trabalho enquanto órgão do sistema de justiça que também pode contribuir para a reintegração social. Apontou a necessidade de participação mais ativa em ações concretas, sugeriu ações como a realização de feiras de empregabilidade, com articulação de convênios com empresas que destinem vagas específicas para egressos do sistema prisional, promovendo inclusão e redução da reincidência.

Vereador do município de Urucurituba

O vereador destacou a importância da audiência pública não apenas para Itacoatiara, mas para todos os municípios da calha do rio, como Urucará, Silves, São Sebastião do Uatumã, Itapiranga e o próprio município de Urucurituba. Ressaltou que sabe das dificuldades enfrentadas nos municípios e que está presente para aprender, compreender melhor o funcionamento do sistema e aprimorar o diálogo com promotores, defensores e o juiz da comarca.

Ressaltou que um dos principais problemas está na estrutura das delegacias, que são pequenas, com pouquíssimo efetivo de policiais civis e servidores estaduais. Em Urucurituba, por exemplo, não chega a 10 o total de servidores na delegacia. Afirmou que as guardas municipais, mantidas com apoio das prefeituras, têm sido essenciais para garantir o mínimo de funcionamento, suprindo, dentro do possível, a ausência de estrutura estadual. Chamou atenção ainda para a inexistência de vagas adequadas para mulheres e adolescentes nas delegacias da região, o que agrava a situação dessas populações.

Pontuou que o alívio para a comarca tem sido o encaminhamento das pessoas presas para o polo regional em Itacoatiara, que possui estrutura mínima tanto para a custódia quanto para o atendimento em saúde.

Por fim, afirmou que no dia seguinte à audiência, irá participar da plenária na Câmara Municipal de Urucurituba, onde fará questão de repassar aos colegas vereadores os aprendizados e reflexões trazidos pela escuta pública, com o objetivo de construir, conjuntamente, soluções para a realidade local.



Vereadora Lia – município de Silves

A vereadora iniciou sua fala com uma reflexão baseada na parábola da ovelha perdida, presente na Bíblia, utilizando-a como alegoria para a luta pela dignidade das pessoas privadas de liberdade. Assim como o pastor que deixa as noventa e nove ovelhas para buscar aquela que se perdeu, destacou que a sociedade não pode abandonar aqueles que se encontram no cárcere, pois todos merecem cuidado, atenção e oportunidade de recomeço.

Ressaltou a importância de ouvir os familiares das pessoas privadas de liberdade, pois são eles que vivenciam diretamente os impactos do sistema prisional e carregam, junto com os presos, o sofrimento, as dificuldades e a invisibilidade social. Para a vereadora, as situações enfrentadas pelas pessoas presas devem ser tratadas como questões legítimas, sérias e urgentes, que exigem o compromisso de todas as esferas do poder público.

Por fim, defendeu o fortalecimento da política voltada para os egressos do sistema prisional, como forma de garantir reintegração, romper ciclos de exclusão e construir caminhos de esperança e dignidade.

Sued Felix – integrante do Comitê Estadual de Políticas Penais e do coletivo ILHARGAS (UFAM)

Se apresentando como integrante do Comitê Estadual de Políticas Penais e do coletivo de Pesquisa e Extensão ILHARGAS da Universidade Federal do Amazonas, Sued destacou que o grupo tem se debruçado sobre diversas dimensões do sistema prisional, a partir de pesquisas, vivências e diálogos com diferentes atores.

Reforçou a necessidade de ampliar a participação dos municípios no Comitê, especialmente os mais afetados pelas dinâmicas do encarceramento, para que as políticas públicas sejam pensadas com base nas realidades locais.

Pontuou que a sociedade civil precisa ser preparada para participar das audiências públicas de maneira qualificada e propositiva, sugerindo a criação de dinâmicas formativas que capacitem os participantes a compreender e incidir nas discussões.

Sued também alertou sobre a importância da circulação das informações e denúncias colhidas, para que essas vozes estejam presentes nas discussões das Câmaras Temáticas do Comitê e possam orientar as ações institucionais.

Por fim, solicitou que seja garantida a entrada e participação dos integrantes do Comitê nas audiências públicas regionais, permitindo que os debates e propostas construídas nas Câmaras Temáticas estejam em diálogo direto com os



dados de realidade trazidos por familiares, operadores do sistema e pela própria população afetada.

Michel, advogado criminalista e assessor jurídico da Unidade Prisional de Itacoatiara (UPI)

O advogado iniciou sua fala destacando a importância central da educação na recuperação e reintegração social das pessoas privadas de liberdade. Defendeu que o acesso à educação deve ser compreendido como um direito fundamental e uma ferramenta concreta de transformação de trajetórias, especialmente no contexto do sistema prisional.

Enfatizou a necessidade de ampliar o incentivo à educação em nível superior, lembrando que já existem políticas de cotas para determinados grupos historicamente excluídos, como indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência.

Nesse sentido, trouxe à discussão a existência de Projeto de Lei que propõe a criação de cotas para egressos do sistema penitenciário nas universidades públicas, medida que contribuiria para romper ciclos de exclusão, reduzir a reincidência e garantir novas oportunidades de vida para essas pessoas.

Sued – Comitê Estadual de Políticas Penais e coletivo ILHARGAS (UFAM)

Sued retomou a fala, ressaltando que os espaços formais onde a justiça se comunica nem sempre são acessíveis à população. Afirmou que há uma necessidade urgente de desenvolver outras formas de comunicação com a sociedade civil, mais próximas das linguagens e realidades das comunidades. Nesse sentido, os movimentos sociais desempenham papel fundamental, pois já atuam com formas de comunicação mais eficazes e conectadas com os territórios.

Defendeu a inclusão efetiva da sociedade civil nas audiências públicas, com garantia de condições materiais, como passagens e hospedagem, para que representantes de diferentes regiões possam participar de maneira concreta e qualificada.

Sued também destacou a importância de reforçar as especificidades regionais, propondo que as Câmaras Temáticas do Comitê Estadual de Políticas Penais contem com representantes dos municípios do interior, assegurando a pluralidade de vozes e vivências no processo de formulação de políticas públicas.

Enfatizou ainda a necessidade de integrar saberes periféricos e populares nesses espaços institucionais, valorizando experiências locais, conhecimentos comunitários e perspectivas que tradicionalmente são invisibilizadas.

Encaminhou duas propostas objetivas: 1. Garantia da participação da sociedade civil nas audiências públicas, com condições materiais asseguradas; 2. Inclusão de



representantes dos municípios do interior nas Câmaras Temáticas já existentes no Comitê, de forma a ampliar a representatividade e o diálogo com os territórios.

Dra. Mirian – Promotora de Justiça

Visando fazer uma fala propositiva, a promotora de justiça solicitou espaço de fala para propor a transferência imediata da mulher atualmente presa na unidade de Itacoatiara para a capital, Manaus, considerando as condições inadequadas de custódia no município para o atendimento às mulheres.

Destacou a necessidade de aprimorar a comunicação entre a Polícia Civil e a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), sugerindo que esse contato seja feito de forma imediata, especialmente em casos que envolvam a custódia provisória e os encaminhamentos necessários após a prisão.

Apontou ainda a necessidade de revisão da portaria que regula o cumprimento do regime semiaberto, com o objetivo de ajustar as condições desse regime à realidade local e aos princípios de progressividade e dignidade da execução penal.

Por fim, sugeriu a criação de um espaço dentro do fórum de Itacoatiara para que as pessoas em regime aberto e semiaberto possam realizar as assinaturas obrigatórias, facilitando o cumprimento das condições impostas e evitando deslocamentos desnecessários até a unidade prisional.

Vereador Seixas, do Município de Silves

O vereador Seixas chamou atenção para a morosidade do sistema de justiça na região, destacando que uma das principais propostas a ser considerada é a celeridade dos processos judiciais. Relatou que recentemente foi realizado um julgamento no município após 13 anos de inatividade, o que evidencia o descaso e a lentidão na tramitação das ações penais.

No entanto, alertou que ainda há casos de pessoas presas há 6 ou 7 anos que jamais foram levadas a julgamento, permanecendo encarceradas sem qualquer perspectiva ou previsão de resolução processual, o que configura grave violação de direitos e da dignidade humana.

Reforçou que a aceleração dos processos é fundamental para garantir justiça efetiva e respeito às garantias legais, sobretudo nos municípios do interior, onde o acesso ao Judiciário é mais limitado.

Cel. Paulo César – Secretário Executivo Adjunto da SEAP

Após todas as manifestações, o secretário Cel Paulo César Oliveira fez uma fala com um breve apanhado histórico sobre as prisões, contextualizando a



PENA
JUSTA

COMITÊ DE POLÍTICAS
PENAIAS DO AMAZONAS



GMF



evolução do sistema penal desde o ano de 2019, quando passou a integrar diretamente o ciclo penal como membro da Polícia Militar. Ressaltou que muitas pessoas não conhecem de fato como funciona uma unidade prisional, e que esse desconhecimento muitas vezes dificulta o diálogo entre o Estado e a sociedade.

Afirmou que, por meio do programa Pena Justa, há hoje um esforço concreto em ouvir as demandas da população e formular propostas efetivas de melhoria do sistema prisional, alinhadas aos anseios apresentados durante a audiência pública.

Sobre as críticas relacionadas à retirada dos pontos de luz nas celas, esclareceu que o funcionamento das unidades prisionais deve seguir as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), que regula aspectos estruturais e de segurança.

Ressaltou que vivemos em sociedade com base em regras, e que essas normas devem orientar tanto o convívio quanto a execução penal. Mencionou também os episódios de rebelião que colocaram o Amazonas negativamente nas manchetes internacionais, contrastando com o reconhecimento positivo atual que o Estado tem recebido em razão das políticas penais implementadas nos últimos anos.

Destacou como avanço a criação da Ouvidoria da SEAP, que tem permitido ampliar o diálogo com familiares e com a sociedade civil, fortalecendo os canais de escuta e participação social.

Em relação às delegacias, reforçou o entendimento de que não se configuram como unidades prisionais, e apontou as dificuldades logísticas para o deslocamento e atendimento nas cidades do interior, reconhecendo os desafios enfrentados.

Finalizou observando que não há viabilidade técnica ou econômica para a construção de unidades prisionais em cada município do interior, especialmente para atender contingentes reduzidos de pessoas privadas de liberdade, sendo necessário buscar soluções regionais que respeitem os direitos, mas também a realidade do Estado.

7. Demandas Registradas

Por fim, após todas as falas, a magistrada Ana Paula de Medeiros Braga fez a leitura da sistematização das demandas sinalizadas, que foram as seguintes:

Demandas da Audiência Pública:

1. Garantia de vagas para mulheres privadas de liberdade.
2. Reativação do Conselho da Comunidade – será realizado diálogo em julho com os integrantes.



3. Garantir transporte das pessoas que progrediram de regime ou que tiveram a liberdade provisória concedida.
4. Garantir o transporte da sede para a Unidade Prisional para os familiares.
5. Ampliação de oportunidades de trabalho para pessoas egressas, presas e em alternativas penais.
6. Considerar a questão de gênero nas políticas penais.
7. Desenvolver projetos para filhos de mulheres privadas de liberdade.
8. Aprimorar os fluxos de atendimento e atenção às pessoas egressas do sistema prisional, com a implementação do Escritório Social.
9. Realizar Feiras de Empregabilidade voltadas para pessoas privadas de liberdade e egressas, a serem realizadas pelo TRT em parceria com GMF, SEAP e sociedade civil.
10. Garantir cotas no âmbito da educação superior para pessoas privadas de liberdade.
11. Criar o Fundo Municipal de Políticas Penais em Itacoatiara, considerando a possibilidade de um consórcio entre os municípios que vise à implementação de ações de atenção às pessoas em alternativas penais e egressas.
12. Inclusão de uma área ou programa de Políticas Penais nos Planos Plurianuais dos municípios da região e em Itacoatiara.
13. Retomar o acesso a ligações periódicas de familiares das pessoas privadas de liberdade.
14. Instalar bebedouros nas alas/pavilhões, garantindo o acesso à água gelada.
15. Qualificar a atuação dos trabalhadores do sistema com capacitação permanente quanto ao tratamento junto aos familiares.
16. Verificar o uso constante do body scan e treinar as equipes que o operam.
17. Recomendar que no Plano Pena Justa constem medidas e metas voltadas para os familiares de pessoas privadas de liberdade e egressas.
18. Garantir a celeridade dos processos e realizar mutirões processuais.
19. Implementar projeto de áudio difusão (rádio) na unidade prisional para garantir campanhas, músicas e acesso a informações do que se passa extramuros.
20. Garantir a abertura do cárcere para a sociedade.
21. Transferir a assinatura dos pontos do semiaberto e aberto para um espaço no centro da cidade. De forma imediata, no Fórum; a curto/médio prazo, em um Centro de Políticas Penais com Escritório Social, Central Integrada de Alternativas Penais, semiaberto e aberto.
22. Criar Câmara Técnica Territorial de Itacoatiara e municípios do entorno.



23. Aprimorar as estratégias de comunicação e participação popular no processo de elaboração e implementação do Pena Justa.
24. Garantir a participação da sociedade civil que compõe o Comitê de Políticas Penais nas audiências públicas.

Dessa forma, a audiência foi encerrada, com agradecimentos e reconhecimento da relevância do evento e esta ata foi elaborada por Fernanda Priscilla Pereira Calegare, integrante da Secretaria Executiva do Comitê Estadual de Políticas Penais do Amazonas e segue assinada por ela e pelos coordenadores do Comitê, Desembargadora Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques e pelo Cel. Paulo César de Oliveira, seguindo em anexo a lista de presença.

Itacoatiara, 05 de junho de 2025.

Desembargadora Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques, Supervisora do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF/TJAM)
Coordenadora do Comitê Estadual de Políticas Penais do Amazonas

Cel. Paulo César de Oliveira
Secretário de Estado de Administração Penitenciária (SEAP-AM)
Coordenador do Comitê Estadual de Políticas Penais do Amazonas

Documento assinado digitalmente
gouv.br FERNANDA PRISCILLA PEREIRA CALEGARE
Data: 21/07/2025 12:10:11-0300
Verifique em <https://validar.lj.gov.br>

Fernanda Priscilla Pereira Calegare
Integrante da Secretaria Executiva do Comitê Estadual de Políticas Penais do Amazonas